

POLÍTICAS DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS: A VISÃO CANADENSE DURANTE E APÓS A GUERRA FRIA

Jéssica Pires Barbosa Barreto*

Marcio Rocha**

RESUMO

As Políticas de Defesa são documentos estratégicos formulados pelos governos para expressar objetivos no cenário internacional sobre percepções de ameaça e o que fazer diante dessas. Nesse sentido, as Forças Armadas são um importante instrumento para a defesa nacional e garantia da soberania; entretanto, a sua estrutura e os investimentos alocados são muito influenciados por pressões domésticas e percepções de ameaça. Sendo o segundo maior país do mundo em extensão territorial e localizado entre três oceanos e os Estados Unidos da América, o Canadá se insere no contexto internacional como um “Poder Médio” e tem suas percepções amplamente influenciadas por questões geográficas. Assim, esta pesquisa, por meio de embasamento no Realismo Neoclássico, tem como objetivo analisar a atenção dada em seus documentos às Forças Armadas canadenses no período da Guerra Fria (1947-1991) e no período pós-Guerra Fria (1991-2017), destacando fatores como aquisição de equipamentos, modernização, estruturação das forças e investimento governamental. A partir do estudo de artigos acadêmicos e documentos oficiais, percebe-se que o foco nas Forças Armadas muda de acordo com a percepção do governo sobre as ameaças diretas à sua soberania e às pressões da sociedade, que têm dificuldades em identificar constrangimentos no cenário internacional e benefícios com os investimentos em defesa.

Palavras-Chave: Canadá. Políticas de Defesa. Forças Armadas. Guerra Fria. Pós-Guerra Fria.

* Mestre em Estudos Marítimos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM/EGN) e Mestre em Estudos Estratégicos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança (PPGEST/UFF). Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (RI/UERJ). E-mail: barretojessicapb@gmail.com

** Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança (PPGEST/UFF). Professor do Curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: marcirochamr@yahoo.com.br

DEFENCE POLICIES AND ARMED FORCES: THE CANADIAN VISION
DURING AND AFTER THE COLD WAR

ABSTRACT

Defense Policies are strategic documents formulated by governments to express its objective on the international environment about perceptions of threat and what to do in the face of them. In this sense, the Armed Forces are an important instrument for national defense and guarantee of sovereignty; however, its structure and intended investments are heavily influenced by domestic pressures and perceptions of threat. As the second largest country in the world in territorial extension and located between three oceans and the United States of America, Canada inserts itself in the international context as a Middle Power and its perceptions are largely influenced by geographic issues. Thus, this research, based on Neoclassical Realism, aims to analyze the attention given in its documents to the Canadian armed forces in the Cold War period (1947-1991) and in the post-Cold War period (1991-2017), highlighting factors such as equipment acquisition, modernization, structuring forces and government investment. From the study of academic articles and official documents, it is clear that the focus on the Armed Forces changes according to the government's perception of direct threats to its sovereignty and the pressures of society, which has difficulties in identifying constraints on the international scenario and benefits from defense investments. Keywords: Canada. Defense Policies. Armed Forces. Cold War. Post-Cold War.

POLÍTICAS DE DEFENSA Y FUERZAS ARMADAS: LA VISIÓN CANADIENSE
DURANTE Y DESPUÉS DE LA GUERRA FRÍA

RESUMEN

Las Políticas de Defensa son documentos estratégicos formulados por los gobiernos para expresar sus objetivos en el escenario internacional sobre las percepciones de amenaza y qué hacer al respecto. En este sentido, las Fuerzas Armadas son un importante instrumento de defensa nacional y garantía de soberanía; sin embargo, su estructura y las inversiones previstas están fuertemente influenciadas por las presiones internas y las percepciones de amenaza. Como el segundo país más grande del mundo en extensión territorial y ubicado entre tres océanos y los Estados Unidos de América, Canadá se inserta en el contexto internacional como una "Potencia Media" y sus percepciones están fuertemente influenciadas

por cuestiones geográficas. Por lo tanto, la investigación, basada en el Realismo Neoclásico, tiene como objetivo analizar la atención prestada en sus documentos a las fuerzas armadas canadienses en el período de la Guerra Fría (1947-1991) y en el período posterior a la Guerra Fría (1991-2017), destacando factores como la adquisición de equipos, la modernización, estructuración de fuerzas e inversión gubernamental. Del estudio de artículos académicos y documentos oficiales se desprende que el enfoque en las Fuerzas Armadas cambia según la percepción del gobierno de las amenazas directas a su soberanía y las presiones de la sociedad, que tienen dificultades para identificar las limitaciones en el escenario internacional y beneficios de las inversiones en defensa.

Palabras Clave: Canadá. Políticas de defensa. Fuerzas Armadas. Guerra Fría. Post-Guerra Fría.

1 INTRODUÇÃO

As Forças Armadas são um importante instrumento do Estado para a garantia da soberania e para a defesa dos interesses nacionais. Entretanto, uma estruturação eficiente depende de recursos, treinamento e equipamentos adequados. Usualmente, os planos que envolvem essa estrutura e possíveis recursos são amplamente influenciados pelas percepções de ameaça e pelas pressões domésticas. Diversos países expressam nas suas Políticas de Defesa as percepções de ameaças do Estado, suas alianças, prioridades, objetivos no cenário internacional e perspectivas de aquisições.

Com a segunda maior extensão territorial do mundo¹¹ – 9.970.610 km² –, o Canadá se encontra dividido em 10 províncias e três territórios, além de ter sua localização entre os oceanos Ártico, Atlântico e Pacífico, e os Estados Unidos da América (EUA). É importante notar como esse posicionamento geográfico influencia sua colocação no cenário internacional e os problemas domésticos enfrentados pelo país, como a questão demográfica, contando com uma população relativamente pequena em relação ao tamanho de seu território.

Apesar da sua proximidade geográfica, o Canadá nem sempre apresentou uma relação de aliança com os EUA, vendo no Reino Unido seu principal aliado e protetor até meados da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Isso se deveu em grande parte ao fato de que, após a sua independência, os EUA tentaram anexar o

1 CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *The World Factbook*. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ca.html>. Acesso em: 18 mar. 2020.

território canadense em 1812², numa tentativa de atingir o império britânico que interferia em seu comércio marítimo constantemente (CANADA, 2015).

O início desse estreitamento entre os dois Estados começa com o aumento das tensões no teatro europeu e a perspectiva de que um novo conflito com proporções mundiais era iminente. Nesse contexto, tem-se um primeiro pronunciamento do presidente estadunidense Franklin Roosevelt expressando preocupação com a integridade e segurança do território americano, associando a sua percepção de segurança à ideia de que seus vizinhos também estivessem seguros (BEATTY, 1991). Esse discurso evidencia o posicionamento geográfico associado a uma questão de segurança desses dois países da América do Norte.

Após esse momento, tem-se encontros entre o presidente dos EUA e o primeiro ministro canadense Mackenzie King e diálogos entre os departamentos de defesa para trocas de informação. Em 1940, ambos assinam um acordo estabelecendo uma agência para pesquisa e debate de problemas de defesa da região (STACEY, 1954). A partir disso, outros acordos são assinados entre os dois países. Percebe-se um fortalecimento da relação entre os dois países, com o desenvolvimento de parcerias no âmbito de defesa conjunta, base industrial de defesa (BID) e aquisições.

Devido a essa proximidade com os EUA e sua aliança com o Reino Unido, a sociedade canadense demonstrou pouco apoio aos investimentos em defesa, enxergando nos dois aliados seus possíveis salvadores em caso de ataques. Outro fator que intensificava esse imaginário da sociedade era a dificuldade em acessar o território canadense, devido ao seu posicionamento geográfico. Assim, o Canadá apresentou pequenos gastos na pasta de defesa, tendo mudanças bruscas apenas em períodos de conflito. A Marinha, por exemplo, teve seu estabelecimento oficial em 1910, mas só recebeu novas embarcações durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), momento em que a indústria de construção naval canadense passou por grande revitalização para suprir as demandas do Reino Unido, aproveitando os pedidos britânicos para fabricar embarcações para a sua própria esquadra.

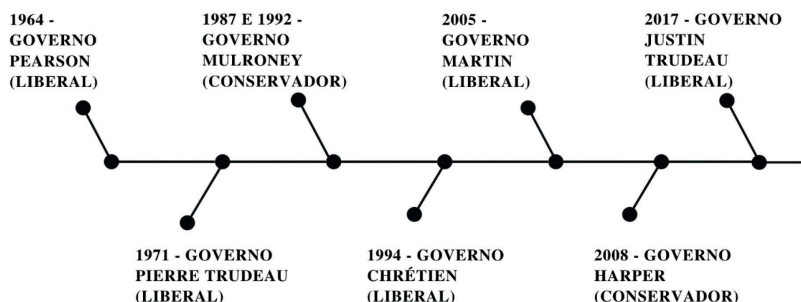
A análise de políticas de defesa e compreensão das prioridades de Estados no cenário internacional é importante para entender o contexto em que o próprio Brasil se insere. Ademais, o caso canadense é interessante de ser estudado, apesar de pouco visto na academia brasileira, por ser um país de grandes proporções, que

2 Buscando atingir o império e anexar esse território, os americanos tentaram invadir o Canadá em 1812. Antes do reforço britânico chegar ao continente, foram as milícias canadenses que lutaram contra os invasores. O conflito terminou com a vitória dos britânicos. Entretanto, essa participação canadense na sua proteção criou no imaginário da sociedade a ideia de que as milícias tinham salvado o Canadá e, por isso, seriam melhores do que as forças nacionais (WOOD, 2010).

se enxerga como um *middle power*³, defende o uso das organizações internacionais como espaço de diálogo e prioriza a solução pacífica de conflitos.

Dessa forma, a partir da análise de documentos oficiais e artigos acadêmicos da área, o presente trabalho tem como objetivo compreender se a política e o foco destinado às Forças Armadas e a pasta de defesa mudam de acordo com o partido no poder, ou se seguem a mesma tendência independente do governo. Para isso, o trabalho analisará a atenção dada às Forças Armadas canadenses no período da Guerra Fria (1947-1991) e no período pós-Guerra Fria (1991-2017), destacando fatores como aquisição de equipamentos, modernização e estruturação das forças e investimento governamental. Durante o período da Guerra Fria (1947-1991), o governo lançou três políticas de defesa, enquanto no pós-Guerra Fria (1991-2017), cinco políticas foram lançadas por diferentes governos, como observado na Figura 1.

Figura 1 – Políticas de Defesa Canadenses no Período Guerra Fria e Pós-Guerra Fria



Fonte: O AUTORES (2020).

O artigo utilizará como embasamento teórico o Realismo Neoclássico, que busca explicar como e o porquê de os Estados escolherem determinadas estratégias e políticas considerando não apenas variáveis provenientes do sistema internacional, mas também variáveis internas ao Estado (TALIAFERRO *et al.*, 2016).

3 Potência Média, por definição, é um “Estado que não é uma superpotência, mas possui a capacidade de exercer influência no sistema internacional, muitas vezes ditando a agenda de segurança do momento (ALBUQUERQUE; BARRETO, 2019).

Além da introdução, o artigo será dividido em três sessões: a primeira analisará o período da Guerra Fria, uma segunda parte considerando os fatores do período pós-Guerra Fria e uma terceira sessão com algumas considerações sobre o caso.

2 PERÍODO DA GUERRA FRIA (1947-1991)

Durante o período da Guerra Fria, além da pressão do bloco soviético no sistema internacional, o Canadá também tinha suas políticas influenciadas pelos Estados Unidos, apresentando um ajuste às condições resultantes da sua proximidade geográfica com o país, da distribuição assimétrica de poder entre os dois, do contato transnacional e da emergência dos EUA como uma superpotência (KEATING, 1993).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, as relações na área de defesa entre EUA e Canadá foram se intensificando, não só no nível de pesquisa e debate, mas também no nível operacional, como a busca por um planejamento conjunto no âmbito militar com a fundação do *Military Cooperation Committee* (LAGASSÉ, 2003). Além da constituição de agências, uma série de acordos, ainda que informais, também foram firmados voltados para a construção de uma base industrial única (CANADA, 1956). Muito dessa aproximação em termos de defesa entre os dois países se deu por causa da proximidade geográfica e a ideia de que a segurança do território estadunidense estava atrelada à segurança do território canadense e vice-versa. Por isso, em diversos momentos, o Canadá afirma nos seus documentos de defesa que a grande ameaça militar ao território canadense é decorrente da sua proximidade geográfica com os EUA, visto que um ataque nuclear ao vizinho os afetaria.

Assim, percebe-se que durante os períodos de conflito ou sua iminência, investimentos massivos são feitos. Da mesma forma como aconteceu no período da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, houve um aumento da parte do orçamento federal canadense voltado para a defesa e um grande investimento na BID do país e na capacitação das Forças Armadas no período pós-Segunda Guerra Mundial. Entretanto, com o esfriamento da ideia de ameaça por parte da sociedade, novas pressões surgem, trazendo mudanças para a política do país. Apesar dessas mudanças, o medo de uma guerra nuclear entre as grandes potências permaneceu no centro das preocupações governamentais.

Também havia nesse período uma grande busca do Canadá pelo status de “potência média” para separar a sua imagem da sua história como “ex-colônia”

e garantindo maior capacidade de influência no cenário internacional. Assim, o país vê na constituição da Organização das Nações Unidas (ONU) um espaço para o reconhecimento de sua atuação e capacidade de ingerência, incluindo em seus documentos de defesa a participação em operações da ONU como um fator primordial para a sua segurança. A principal ação militar do Canadá nesse período foi a sua participação na Guerra da Coreia (ALBUQUERQUE; BARRETO, 2019).

A política de defesa lançada pelo governo em 1964 teve como base no âmbito militar a reorganização das Forças Armadas. Ainda com a lembrança da Segunda Guerra muito presente no imaginário da sociedade e com o espectro da Guerra Fria estabelecendo uma ameaça nuclear real para a região – por causa da sua proximidade geográfica com os EUA –, o governo enxerga a necessidade de maiores investimentos em defesa e essa visão é apoiada pela sociedade, que teme novos conflitos e um país despreparado para essa ameaça.

No início da Segunda Guerra, as forças canadenses encontravam-se com diversos equipamentos obsoletos; durante a guerra, o esforço do país em melhorar sua base de mobilização foi evidente, dando inclusive maior investimento em inovações para a Marinha e para a Força Aérea, que atingiram um grau de igualdade com a Força Terrestre. Assim, a ideia era continuar com o investimento nessa frente militar, principalmente no desenvolvimento tecnológico. Desse modo, no período inicial da Guerra Fria, o orçamento para a área aumentou, aproximadamente, cinco vezes (KEATING, 1993).

A política lançada pelo governo liberal de Lester B. Pearson, em 1964, trouxe como principal objetivo a ideia de adicionar componentes operacionais às forças, principalmente visando potencializar a contribuição do país para operações da ONU, melhorar a capacidade de mobilização, aprofundar o treinamento e capacitar o país para participar de parcerias com os EUA. Além disso, houve uma introdução de novos princípios de especialização de missões e maior ênfase no fornecimento de forças convencionais, por causa do princípio de resposta flexível (CANADA, 1964).

Outro grande objetivo do documento foi a unificação das Forças Armadas, que até o fim da Segunda Guerra Mundial eram constituídas de três forças militares separadas e independentes, cada uma com um chefe militar e um ministro civil correspondente. Essa unificação também serviria como uma forma de economizar recursos; a política previu que, com essa economia, aproximadamente 25% do orçamento de defesa poderia ser dedicado à compra de novos equipamentos nos anos seguintes (CANADÁ, 1964). Esse movimento já vinha sendo discutido pelo governo e foi acelerado pela publicação da política. Em grande parte, essa mudança

foi motivada pela percepção de que as operações combinadas estavam se tornando comuns e havia uma sobreposição das tarefas cobradas às forças (SHAW, 2001).

Assim, o governo se utilizou de uma política unificada para alocar as três forças sob a alçada do Ministro de Defesa. Essa coordenação foi possível por meio do comitê dos chefes de pessoal, composto pelo presidente do conselho administrativo, o chefe de gabinete de cada uma das forças e o presidente do conselho de pesquisa de defesa, que tinha a responsabilidade de assessorar o ministro em questões de política de defesa, coordenar os esforços das forças e planejar e dirigir operações de serviço conjunto (CANADÁ, 1964).

Entretanto, esse sistema inicial não era eficaz o suficiente. Assim, o governo estabeleceu como solução a integração das forças sob um único chefe da equipe de defesa, constituindo uma equipe de defesa única. Esse novo chefe teria como responsabilidade o planejamento da integração do comando das forças e suas operações. Apesar da política ter sido lançada em 1964, foi só em 1967 que o parlamento aprovou o *Canadian Armed Forces Reorganization Act*, que dava ao Ministro de Defesa o poder de completar a unificação das forças sob um único serviço. O decreto só entrou em vigor em fevereiro de 1968 (ROSS, 1968).

O Departamento de Defesa Nacional (DND, sigla em inglês) junto ao governo começou a desenvolver medidas para maquinário e algum nível de inteligência conjuntos. Além disso, a política também pretendia introduzir no DND um sistema de gestão para planejar e controlar os principais programas de defesa a nível departamental, agrupando a estrutura de defesa em vários programas que abordariam todo o equipamento das forças e seria expresso em termos de grandes missões ou objetivos militares. Além de colaborar na tomada de decisão do departamento, esse sistema permitiria que os programas de defesa fossem analisados em relação à sua eficácia global, a partir de uma missão específica. Também tinha o objetivo de, por meio desse sistema, alocar os recursos de defesa de forma mais eficaz, levando em consideração um plano de ação claro e detalhado (CANADA, 1964).

Em 1971, o governo liberal de Pierre Trudeau lançou uma revisão da política de defesa do país. Num período de afrouxamento da guerra, em que Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS) encontravam-se dialogando e coexistindo, havia certa pressão para cortes no setor de defesa, buscando suprir necessidades econômicas e sociais do Canadá. Existe na sociedade

uma descrença quanto ao papel tradicional das forças; por isso o documento buscou evidenciar o papel das Forças Armadas para o estabelecimento de *deterrence*⁴, suporte aos EUA na operação de sistemas de alarme, contra bombardeiros e contra forças marítimas, e o cumprimento de todas as suas obrigações com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (CANADA, 1971).

Dessa forma, a política trazia como objetivo o uso das Forças Armadas em projetos que se relacionem com sua capacidade de resposta, convocando-os inclusive em ações para auxiliar o setor civil especialmente em regiões remotas, em conjunto com outros departamentos do governo, além de buscar promover mais formas do setor militar contribuir para alcançar as prioridades nacionais. Como exemplo dessa contribuição militar, o documento aborda o trabalho das forças no desenvolvimento do norte do país (CANADA, 1971).

A região mais ao norte do país é formada por três territórios, onde está localizada a maior parte da população indígena do país: Yukon, Northwest Territories e Nunavut. Essa região só se juntou à federação nos anos 1960, fazendo com que sua infraestrutura seja mais limitada do que a do resto do país (CLAUDIO, 2016). Por ser próxima ao círculo polar ártico, suas temperaturas negativas são quase constantes, dificultando a atuação das Forças Armadas convencionais e o desenvolvimento de infraestrutura de qualidade. Apesar do Ártico ainda ser visto nesse período como uma barreira de gelo entre a América do Norte e a Eurásia, o documento de 1971 é a primeira política de defesa que evidencia a necessidade do desenvolvimento da região ártica.

Assim, a política mostra a importância da atuação das Forças Armadas no desenvolvimento de infraestrutura para o norte e na adaptação de suas rotinas e funções em relação ao clima frio. Um destaque dessa atuação foi o desenvolvimento de novas técnicas para lidar com o *permafrost* e outras condições inerentes ao clima rígido da região na construção de instalações de defesa na área. Além disso, o documento previa que esse papel seria reforçado no futuro. Também evidenciou a possibilidade de as forças apoiarem os objetivos de política externa do país, principalmente mediante a maior assistência em programas de ajuda econômica que beneficiavam setores civis da sociedade (CANADA, 1971).

O período entre a política de defesa de 1971 e a de 1987 foi marcado por diversas mudanças no cenário internacional, destacando-se a Crise do Petróleo

4 Estratégia de convencer o potencial agressor de que as chances de um ataque rápido com conquista do seu objetivo são pequenas e, se insistir na agressão, tem o risco de sofrer uma resposta nuclear por parte dos aliados.

(1973), e um agravamento da guerra, com diversas invasões da URSS no continente asiático e africano. Assim, o tom do documento fugiu do otimismo que predominava nos anos 1970, tendo um ataque nuclear da União Soviética como a maior ameaça militar ao Canadá nesse momento, e trouxe como estratégia frente a essa situação a intensificação da *deterrence*. Desse modo, a política estabeleceu a necessidade de investir mais nas forças convencionais e seus equipamentos para que elas fossem críveis (CANADA, 1987).

Além disso, destacou a crença de que um conflito armado entre os dois blocos começaria por uma guerra na Europa. Assim, havia a necessidade de contribuir também para o fortalecimento da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a manutenção da sua atuação nas Operações de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU) com forças adequadamente treinadas, equipadas e posicionadas de acordo, mas o documento também reconhecia as limitações na capacidade de atuação, derivados de grande negligência com as Forças Armadas. O Canadá reconhecia a necessidade das suas ações, mas não tinha capacidade de honrar com todos os seus comprometimentos em alianças e operações militares, especialmente na área de suporte logístico na Europa (CANADA, 1987).

É a partir do reconhecimento dessas limitações na capacidade de atuação das forças que o governo decidiu desenvolver e retomar alguns projetos de aquisição de defesa, como o Programa de Construção de Fragatas (CPF, sigla em inglês). Esse projeto visava à construção de 12 fragatas para substituição dos contratorpedeiros que haviam sido construídos e comissionados nos anos 1950 e 1960, sendo eles classe-*St Laurent*, classe-*Mackenzie*, classe-*Annapolis* e classe-*Restigouche*. Denominada classe-*Halifax*, a última fragata do projeto foi comissionada em 1996 (HAYDON, 2008).

Assim, diante do reconhecimento dessas funções essenciais das Forças Armadas e da necessidade de garantir sua capacidade de atuação, o governo decidiu alterar alguns comprometimentos do país para torná-los mais realistas dentro das suas capacidades de mobilização de recursos, estabelecendo melhoria na eficácia com a qual os compromissos remanescentes seriam realizados ao mesmo tempo em que buscava aumentar, de forma estável e consistente, os gastos para que o esforço de defesa fosse mais sensível aos desafios da década (CANADA, 1987).

Observa-se que, no período durante a Guerra Fria, dois governos do Partido Liberal e um governo do Partido Conservador divulgaram revisões da política de Defesa; entretanto, todos os investimentos nas Forças Armadas e sua reestruturação foram priorizados enquanto enxergava-se a União Soviética como uma forte ameaça

no sistema internacional, independentemente do partido no poder. Manter uma força estruturada e modernizada era fundamental para garantir sua segurança, podendo contribuir para os arranjos de segurança coletiva que fazia parte, e sua participação nas operações internacionais. Entretanto, muito do esforço pretendido dentro das políticas de defesa não foi executado, por questões burocráticas ou de recursos disponíveis.

3 PERÍODO PÓS-GUERRA FRIA (1991-2017)

Com o fim da Guerra Fria, não era identificado no cenário internacional um inimigo externo que pudesse ameaçar a soberania canadense. Assim, o governo conservador de Brian Mulroney lança um documento, em 1992, para reposicionar a sua política nesse novo contexto e se adequar às mudanças que aconteciam no sistema internacional. A política mostrava que, apesar de não alterar suas prioridades estratégicas – resolução pacífica de disputas, desarmamento, e comprometimento com a segurança coletiva e a defesa – havia necessidade do governo se voltar para os problemas domésticos que o ente vinha enfrentando, destacando a crise fiscal que começava a assolar o país.

Assim, apesar de destacar a importância das forças militares na busca de objetivos de política externa e na defesa da soberania do país, e evidenciar o papel paralelo das forças no contexto doméstico, o governo fez grandes cortes na pasta de defesa, em especial nos recursos destinados a operações da OTAN e de bases militares na Europa. Além disso, há o início de mudanças na concepção estratégica das Forças Armadas, explorando a ideia de que as forças tinham que ser flexíveis e financeiramente acessíveis; por isso, o documento trouxe um planejamento para diminuir a força regular de 84 mil para 75 mil homens até 1995/96, o fim da base canadense localizada em Baden-Soellingen e Lahr, na Alemanha, respectivamente em 1993 e 1994, e o fechamento da base nas Bermudas em 1994. Apesar de diversos cortes, a política tinha o objetivo de adquirir três aeronaves de vigilância para o Ártico (CANADA, 1992).

Já em 1994, o governo liberal de Jean Chrétien lançou uma revisão do Livro Branco de Defesa do país que reafirmava a necessidade de estabelecer grandes cortes na pasta de defesa para enfrentar a crise doméstica fiscal que se agravava. Por isso, a ideia principal da política foi remodelar o programa de defesa para operar mais eficientemente, diminuindo a sua participação em determinadas áreas e mantendo um nível prudente da força militar para cobrir os objetivos

determinados pela política, como a garantia da soberania do país. Entretanto, as forças encontravam dificuldades na formação de um programa de defesa com recursos tão limitados (CANADA, 1994).

Uma das principais mudanças ressaltadas no documento consistia em uma nova redução no contingente, revisão da abordagem tradicional de planejamento de mobilização, e reestruturação da carreira militar, buscando reduzir o número de atribuições, mas reforçando o compromisso de tornar a carreira atrativa para mulheres. Outro ponto de destaque englobava os planos de aquisição de equipamentos, cortando bilhões de dólares que estavam sendo planejados para garantir o desenvolvimento e compra de equipamentos nos 15 anos seguintes. Além disso, previa a redução de projetos que já estivessem em andamento. O documento também trazia a necessidade de uma base industrial de defesa sofisticada tecnologicamente, tendo o governo a função de trabalhar em conjunto com a indústria para manter uma capacidade de defesa essencial (CANADA, 1994). Percebe-se que o governo queria desenvolver a indústria do país e manter a capacidade de atuação das forças, mas diminuindo consideravelmente os recursos destinados a esses setores.

Esse período englobou o projeto de construção das fragatas classe-*Halifax*, que começaram a entrar em operação em 1992. Esse programa, que resultou na construção de 12 embarcações do tipo e ainda se encontra em operação, foi um marco na forma como o governo, a indústria e a Marinha se relacionavam em projetos de aquisição, pois foi a primeira vez em que a força não desenvolveu o design das embarcações que seriam construídas, cabendo à indústria o papel de gerenciar e integrar tudo. Além disso, representou um grande investimento e revitalização do setor de construção naval no país, que não teve continuidade (WILSON, 2009).

Ademais, o governo firmava a ideia de que a capacidade de combate multiuso da Marinha era essencial. Assim, destacava uma diminuição substancial das operações de guerra antissubmarino (ASW⁵, sigla em inglês), muito comuns durante a Segunda Guerra Mundial, ao mesmo tempo em que haveria um aumento na participação em operações multilaterais e na ONU, principalmente porque a diminuição da necessidade de tropas terrestres canadenses na Europa Central para apoio da defesa dos aliados permitia o redirecionamento dos recursos e dessas forças. Um dos planos do governo para garantir essa capacidade da Marinha era

5 *Anti-submarine warfare.*

a aquisição de quatro submarinos classe-*Upholder*, originários do Reino Unido (CANADA, 1994).

É importante salientar que, na época do documento, os submarinos que pertenciam à esquadra canadense tinham sido adquiridos do Reino Unido nos anos 1960, e encontravam-se extremamente ultrapassados e sucateados. As discussões sobre a necessidade de trocar esses equipamentos acontecia no governo desde os anos 1980. No documento de 1987, ainda durante a Guerra Fria, o governo de Mulroney propôs um projeto de desenvolvimento desses ativos com propulsão nuclear em conjunto com os EUA, buscando uma presença intensa na região ártica, mas o projeto foi cancelado ainda em 1989. Assim, a oportunidade de comprar submarinos convencionais do Reino Unido nos anos 1990, rebatizados de classe-*Victoria*, surgiu como uma salvação para a força, apesar das desvantagens apresentadas pelo projeto posteriormente (BARRETO, 2018).

Os eventos do 11 de setembro de 2001 e o início da “Guerra ao Terror” estabeleceram, novamente, mudanças drásticas no ambiente internacional. Assim, a primeira revisão lançada pelo governo canadense após esse ataque, apenas em 2005, trouxe como necessidade a adaptação do país ao surgimento de novos atores de importância e novas ameaças no cenário. A primeira grande ameaça destacada é o terrorismo, que prejudica canais de comércio e desestabiliza governos. A segunda é a proliferação de armas de destruição em massa e Estados frágeis ou falidos, pois, além do medo de que grupos terroristas adquiram equipamentos nesses estados, a aquisição desse tipo de armamentos tende a aumentar tensões regionais, como no caso da península coreana (CANADA, 2005).

Dessa forma, a política de defesa lançada pelo governo liberal de Paul Martin deu ênfase ao papel das Forças Armadas como ferramenta para garantir a segurança. Além disso, o governo tinha a percepção de que uma redistribuição de poder vinha acontecendo no sistema internacional, com novos atores influenciando o ambiente, como a China e a Índia. Essas mudanças faziam com que a percepção sobre si mesmo como um poder médio fosse afetada. Essa situação evidenciava oportunidade que o Canadá tinha de assumir um novo papel de liderança no cenário internacional por meio de reformas nas organizações internacionais e maior participação em operações (CANADA, 2005).

Apesar de destacar o papel das Forças Armadas, o documento não apresenta um planejamento robusto para as aquisições de defesa, determinando o investimento de \$ 13 bilhões em cinco anos que não se cumpriram. Entretanto, foi durante o governo Martin que os planos de reaparelhamento da Marinha

começaram a tomar forma, mediante a busca pela substituição dos navios auxiliares de reabastecimento de óleo (AOR⁶, sigla em inglês), que tinham sido construídos ainda nos anos 1960. A necessidade de trocar esses equipamentos começou a ser discutida ainda nos anos 1990, mas foi só em 2004 que o projeto, denominado *Joint Support Ship* (JSS) foi aprovado (COLLINS, 2018).

Ainda que não tenha seguido em frente após a substituição de Paul Martin, principalmente pelo projeto final ter ficado muito mais caro do que o previsto, ele foi o início do que seria a estratégia de construção naval lançada pelo governo canadense em 2010. Ademais, a política de 2005 tinha o objetivo de aumentar o tamanho da força em 5 mil funcionários, dobrando efetivamente a capacidade do exército de implantar e sustentar operações no exterior (CANADA, 2005). É a partir desse documento e dos esforços seguintes ao seu lançamento que se inicia um processo de transformação nas Forças Armadas do país (SILVA, 2018).

O governo liberal de Martin foi substituído, em 2006, pelo governo conservador de Stephen Harper, que teve como uma das primeiras medidas o congelamento de todos os processos de aquisição de equipamentos feitos pelo governo anterior para revisão. Apesar disso, é necessário salientar que a campanha de Harper deu grande destaque à situação frágil das Forças Armadas, com equipamentos extremamente obsoletos, e a necessidade de investir nessa área utilizando a participação do país na operação no Afeganistão para evidenciar o âmbito militar.

O documento de defesa lançado pelo seu governo em 2008 caracterizava o sistema internacional como imprevisível, identificando como principal ameaça a própria globalização e o terrorismo; e tinha como principal objetivo a restauração e modernização das Forças Armadas, inclusive destacando a relação entre o desenvolvimento militar e benefícios para a indústria do país (CANADA, 2008). É importante destacar que o Canadá tradicionalmente associa os investimentos em aquisições de defesa com a geração de benefícios econômicos como uma forma de garantir maior apoio da sociedade para esses gastos (WILSON, 2009).

Outro ponto de instabilidade e possível ameaça no contexto internacional era o degelo no Ártico, que poderia ameaçar a segurança e a soberania do país, com a possibilidade de navegação na Passagem Noroeste e exploração de recursos naturais por outras nações dentro do seu território. Além disso, diferentemente de políticas do período da Guerra Fria, o documento de 2008 trazia a questão das operações internacionais como uma ferramenta para garantia da estabilidade do ambiente internacional e como uma forma de projeção e liderança no sistema.

6 *Auxiliary Oiler Replenishment.*

Assim, destacava a possibilidade de participação em operação da ONU e da OTAN, entretanto, deixava claro que atuaria em operações para dar suporte aos objetivos internacionais canadenses e seus interesses nacionais (CANADA, 2008).

A política de 2008 apresentava o objetivo de reestruturar as Forças Armadas do país, equilibrando quatro pilares – pessoal, equipamento, preparo e infraestrutura –, e investindo na compra de equipamentos e na modernização das forças, que o governo planejava ser de \$ 490 bilhões ao longo de 20 anos (Canadá, 2008). Apesar da tentativa de estabelecer um planejamento a longo prazo para os investimentos e aquisições na área de defesa, muito do que foi proposto pelo governo Harper não foi executado, principalmente pela opinião da oposição, que enxergava apenas uma lista, sem considerar ações de como alcançar os objetivos propostos; e pela crise econômica de 2008, que afetou todo o mundo (SILVA, 2018).

Ainda, é interessante destacar que a estratégia planejava aumentar o número de militares para 70 mil forças regulares e 30 mil forças de reserva; substituir as frotas principais de equipamentos, adquirindo, em especial, 15 embarcações para substituir os contratorpedeiros e fragatas existentes, 65 aviões de combate da próxima geração e uma nova família de veículos e sistemas de combate terrestre; e fortalecer a capacidade de implantar e sustentar as operações (CANADA, 2008).

No final de 2015, o liberal Justin Trudeau assumiu o cargo como primeiro-ministro, lançando, em 2017, a revisão da política de defesa denominada *Strong, Secure and Engaged*, que teve como novidade em seu processo de elaboração a consulta popular durante diversos meses antes de ser lançada, permitindo à sociedade expressar o que consideravam como prioridades para o seu país. A página online criada para divulgação da consulta e coleta das opiniões buscava ser acessível, contendo explicações de como funcionava o processo de elaboração de uma política e de outros pontos importantes para a pasta de defesa, como o orçamento do Departamento de Defesa e as mudanças que se pretendia realizar no processo de aquisição.

Assim, o documento assume um tom de urgência, mostrando a necessidade de investimento e modernização das Forças Armadas para garantir a capacidade de ação do Estado diante de um cenário cheio de ameaças e que apresenta constante mudanças, não só na natureza dos conflitos e das ameaças, mas também em relação à balança de poder. Seus objetivos e estratégias eram configuradas no longo prazo, visando a investimentos para os próximos 20 anos (CANADA, 2017); esse planejamento no longo prazo ajuda a construir previsibilidade dentro da pasta de

defesa e evidencia a necessidade de continuidade de recursos, visto que todos os projetos de modernização na área não são concluídos em um curto período.

Além disso, assim como o documento lançado em 2008, a política dava ênfase à ideia de relação entre o desenvolvimento militar e benefícios para a indústria do país; entretanto, dá maior destaque no desenvolvimento das indústrias de defesa nacionais, buscando consolidá-las e torná-las competitivas no mercado internacional (CANADA, 2017). Assim, além de manter as bases da política do governo anterior, o Governo Trudeau dedicou maior esforço para o estabelecimento de estratégias claras e reais para alcançar todos os objetivos elencados no documento.

Como principais ameaças, destacavam-se aquelas que transcendem as fronteiras, como o terrorismo e ameaças no domínio espacial e cibernético. Também trazia preocupações em relação à forte presença de atores não estatais em diversos conflitos e mudanças afetando a dinâmica da região do Ártico. É interessante notar que esse documento foi o primeiro a destacar os *Five-Eyes Partners*, que englobam além do Canadá, os EUA, o Reino Unido, a Austrália e a Nova Zelândia, como uma aliança importante para a segurança do país. Para enfrentar os desafios elencados, o governo destacou novamente a necessidade da renovação das Forças Armadas. Assim, buscando transparência, o governo Trudeau não só evidenciou as futuras aquisições das forças, em consonância com planos estabelecidos em outros governos, mas também discriminou uma meta de orçamento para os próximos anos, para tornar seus planos possíveis (CANADA, 2017).

Dessa forma, o plano abordado no documento envolveu aumentar os gastos em defesa nos próximos anos, tendo como meta o valor de \$ 24,6 bilhões em gastos com defesa em 2026-27, elevando os números atuais em quase 70% em 10 anos. Assim, espera-se que, nesse período, os gastos do país com Defesa alcancem a meta de 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Dentro desse investimento encontra-se a Estratégia de Construção Naval (NSS⁷, sigla em inglês) lançada pelo governo Harper em 2010, e que consiste em uma das maiores tentativas de modernização da Marinha canadense. Ademais, pretendia-se adotar reformas no sistema de aquisições de defesa, que começou a sofrer mudanças ainda no governo Harper, principalmente adotando um modelo que considera todo o ciclo de vida⁸ do equipamento ainda no seu planejamento e estimativa de custos (CANADA, 2017).

7 *National Shipbuilding Strategy*.

8 O sistema de aquisição canadense é configurado como um modelo multidepartamental que usualmente divide seu processo em cinco estágios, começando com a identificação das necessidades das Forças Armadas e do projeto em si, e terminando com a entrega do equipamento em toda a sua capacidade operacional (BARRETO, 2020).

Assim, percebe-se que, com o fim da Guerra Fria e da percepção de uma grande ameaça tradicional no cenário internacional, o Canadá passou a ter maiores pressões domésticas, principalmente por causa de crises fiscais, comprometendo não só recursos e orçamento, mas também sua capacidade de mobilização, seus equipamentos e a estrutura das Forças Armadas no futuro. Com o atentado do 11/09, percebeu-se um aumento da percepção de ameaças não tradicionais como o terrorismo e às ligadas às questões econômicas. Ao longo dos anos, todos os governos vêm tentando estabelecer medidas para aumentar as capacidades das forças e se manter preparado para atender aos seus compromissos, nacionais e internacionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a Guerra Fria, a percepção de ameaça, tanto do governo quanto da sociedade, vinda da URSS no cenário internacional contribuiu para que o governo pudesse focar parte dos seus investimentos na pasta de defesa, inclusive percebendo-se uma continuidade nas políticas do país. Nesse período, os gastos do país com a pasta de defesa giravam em torno de 6% do seu Produto Interno Bruto (PIB), segundo dados do *Stockholm International Peace Research Institute*⁹ (SIPRI). Esse período de investimentos levou a grandes desenvolvimentos industriais do país, principalmente na área de aviação. Grande parte desse desenvolvimento é advindo dos esforços de guerra que o país fez.

Entretanto, com o fim da percepção de ameaça tradicional, observa-se uma mudança – não imediata – nos seus documentos. A análise mostra que, quando a população não mais enxergava a União Soviética como uma ameaça forte e direta ao seu território, a maior preocupação com problemas domésticos tornou-se mais proeminente. O Canadá vinha sofrendo grandes cortes desde os anos 1970, por causa de uma crise financeira que assolou o país; entretanto, os anos 1990 aumentaram essa situação, que levou a descontinuidades na política de defesa do país.

Apesar de manter como base a defesa da soberania do país, nos documentos de 1992 e 1994 o governo não traz as operações internacionais como uma prioridade. Elas ainda são citadas no documento, mas é deixado claro que o governo acredita que a participação do país em todas não é necessária. Isso destoa do discurso dos três primeiros documentos, em que participava de todas as operações de paz da

9 Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/milex>.

ONU afirmando ser fundamental para garantir a estabilidade do meio internacional e a defesa do país. Além disso, com a crise e a falta de uma ameaça palpável no cenário internacional, os recursos do Estado são voltados para o contexto interno, deixando de lado suas forças e equipamentos de defesa.

Percebe-se uma mudança nessa situação das Forças Armadas e das operações no documento de 2005, por causa dos atentados terroristas de 11/09 nos EUA. Com o agravamento dessa ameaça não tradicional no cenário internacional, o Canadá tenta voltar a dar prioridade aos investimentos nas Forças Armadas, principalmente com o objetivo de participar ativamente de operações internacionais com seus aliados. Ao contrário do período da Guerra Fria, em que o palco dos conflitos era a Europa, nesse segundo momento o foco é a América do Norte e o Oriente Médio é a origem dessas ameaças. Por isso, a necessidade de participação nas operações internacionais da aliança e maior investimento na modernização e reestruturação das Forças Armadas, sem estabelecer a Europa como uma prioridade em si, mas como um continente que fortalece a dissuasão norte-americana.

Entretanto, esse novo foco na pasta de defesa e, principalmente porque ainda há uma sensação de segurança na sociedade canadense, o aumento de gastos em defesa para o seu envolvimento nessas ações não é visto com bons olhos.

Assim, com a ascensão do terrorismo e maior instabilidade no ambiente internacional, há nova ênfase na política de defesa canadense, mas não houve um aumento dos investimentos de forma rápida e com um crescimento expressivo como no período da Guerra Fria. Os governos enfrentaram dificuldades nessas mudanças, não só havendo resistências na sociedade sobre a necessidade desses gastos, mas também enfrentando dificuldades conjunturais, como a crise de 2008. Foi só a partir do governo Harper que pudemos observar um aumento dos projetos em relação às Forças Armadas que realmente saíram do papel, como a estratégia de construção naval, que vem sendo mantida pelo governo Trudeau. Desse modo, percebe-se como o foco na pasta de defesa e nas Forças Armadas não estava diretamente ligada a um partido específico, mas às condições do cenário internacional e a variáveis domésticas, como sensação de segurança e crises fiscais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Beatriz Martins de; BARRETO, Jéssica Pires Barbosa. Os diferentes interesses nas Operações de Paz: casos Canadense e Brasileiro. *Conjuntura Internacional*, v. 16, n. 1, p. 10-17, 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/conjuntura/article/view/18808>. Acesso em 20 fev. 2020.

BARRETO, Jéssica Pires Barbosa. Poder Naval e Aquisições de Defesa Canadense: Análise dos Submarinos classe-*Victoria*. In: *10º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 2018*. Disponível em: https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1534733394_ARQUIVO_Artigo_ENABED2018.pdf. Acesso em: 12 mar. 2020.

BARRETO, Jéssica Pires Barbosa. *Uma Avaliação dos Sistemas de Aquisição de Defesa Canadense e Sueco em Perspectiva Comparada*. 2020. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

BEATTY, David. The “Canadian Corollary” to the Monroe Doctrine and the Ogdensburg Agreement of 1940. *The Northern Mariner/Le Marin du Nord*, v. I, n. 1, p. 3-22, 1991. Disponível em: https://www.cnrs-scrn.org/northern_mariner/vol01/tnm_1_1_3-22.pdf. Acesso em: 15 jan. 2020.

CANADA. Government of Canada. *Defence Production Sharing Agreement between Canada and The United States of America*. Ottawa, 1956. Disponível em: <https://www.ccc.ca/wpcontent/uploads/2019/05/defence-production-sharing-agreement-en.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2020.

CANADA. Department of National Defence. *White Paper on Defence*. 1964. Disponível em: http://publications.gc.ca/collections/collection_2012/dn-nd/D3-6-1964-eng.pdf. Acesso em: 03 mar. 2020.

CANADA. Department of National Defence. *White Paper on Defence*. 1971. Disponível em: http://publications.gc.ca/collections/collection_2012/dn-nd/D3-6-1971-eng.pdf. Acesso em: 05 mar. 2020.

CANADA. Department of National Defence. *Challenge and Commitment: A Defence Policy for Canada*. 1987. Disponível em: http://publications.gc.ca/collections/collection_2012/dn-nd/D2-73-1987-eng.pdf. Acesso em: 07 mar. 2020.

CANADA. Department of National Defence. *Canadian Defence Policy*. 1992. Disponível em: http://publications.gc.ca/collections/collection_2012/dn-nd/D3-7-1992-eng.pdf. Acesso em: 10 mar. 2020.

CANADA. Department of National Defence. *White Paper on Defence*. 1994. Disponível em: http://publications.gc.ca/collections/collection_2012/dn-nd/D3-6-1994-eng.pdf. Acesso em: 10 mar. 2020.

CANADA. Department of National Defence. *A Role of Pride and Influence in the World*. 2005. Disponível em: <http://publications.gc.ca/collections/Collection/FR4-3-2005E.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020.

CANADA. Department of National Defence. *Canada First Defence Strategy*. 2008. Disponível em: http://www.forces.gc.ca/assets/FORCES_Internet/docs/en/about/CFDS-SDCD-eng.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.

CANADA. Government of Canada. *Canada's History*. 2015. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/immigration-refugees-citizenship/corporate/publications-manuals/discover-canada/read-online/canadas-history.html>. Acesso em: 14 fev. 2020.

CANADA. Department of National Defence. *Strong, Secure and Engaged*. 2017. Disponível em: <http://dgpapp.forces.gc.ca/en/canada-defence-policy/docs/canada-defence-policy-report.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2020.

CLAUDIO, Valter de Carvalho. *A Política Externa do Canadá para o Ártico no século XXI*. 2016. 65 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Relações Internacionais, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/13211/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Valter%20Claudio%20n%C2%BA%20210466.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2020.

COLLINS, Jeffrey Francis. *Executive (In)Decision?: Explaining Delays in Canada's Defence Procurement System, 2006-2015*. 2018. 278 f. Tese (Doutorado) – Curso de Political Science, Carleton University, Ottawa, 2018. Disponível em: https://curve.carleton.ca/system/files/etd/03c3701d-1e8e-48b5-9fb1-3b6b7b00d1dd/etd_pdf/48bee77f3d36197d3cdf88587b77d7b/collins-executiveindecisionexplainimgdelaysincanadas.pdf. Acesso em: 24 fev. 2020.

HAYDON, Peter. Choosing the Right Fleet Mix: Lessons from the Canadian Patrol Frigate selection process. *Canadian Military Journal*, v. 9, n.1, p. 65-75, 2008. Disponível em: <http://www.journal.forces.gc.ca/vo9/no1/doc/10-haydon-eng.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2020.

LAGASSÉ, Philippe. Northern Command and the Evolution of Canada-US Defence Relations. *Canadian Military Journal*, p.15-22, 2003. Disponível em: <http://www.journal.forces.gc.ca/vo4/no1/policy-police-01-eng.asp>. Acesso em: 13 jan. 2020.

KEATING, Tom. *Canada and World Order*. Toronto: McClelland and Stewart, 1993.
ROSS, Richard G. *A Paradigm in Defense Organization: Unification of the Canadian Armed Forces*. Defense. Army Logistics Management Center Fort Lee VA, 1968. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/docs/citations/AD0679047>. Acesso em: 03 mar. 2020.

SHAW, Geoffrey D. T. The Canadian Armed Forces and Unification. *Defense Analysis*, v. 17, n. 2, p. 159-174, 2001. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/07430170120064230?journalCode=cdan19>. Acesso em: 03 mar. 2020.

SILVA, Peterson Ferreira da. O Processo de Transformação e o Modelo de Força Terrestre do Canadá: Reflexões para a sua Base Industrial de Defesa. In: *10ª Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa*, 2018. Disponível em: https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1535675775_ARQUIVO_PETERSON_Canada_FINAL_30.08.pdf. Acesso em: 12 mar. 2020.

STACEY, C. P. The Canadian-American Permanent Joint Board on Defence, 1940-1945. *International Journal*, v. 9, n. 2, p. 107-124, 1954. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/002070205400900204?journalCode=ijxa>. Acesso em: 15 jan. 2020.

TALIAFERRO, Jeffrey et. al. *Neoclassical realist theory of International Politics*. Oxford: OUP, 2016.

WILSON, J. K. *The Politics and Economics of Shipbuilding in Canada: Lessons for Naval Planning?* 2009. .114 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Defence Studies Research Project, Canadian Forces College, Kingston, 2009. Disponível em: <https://www.cfc.forces.gc.ca/259/290/295/286/wilson.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

WOOD, James. *Milia Myths: Ideas of the Canadian Citizen Soldier, 1896-1921*. UBC Press, 2010.

YOUNG, Michael. *Shipbuilding in Canada and the Development of an Industrial Base in the early 20th Century*. 2012. Disponível em: http://www.cntha.ca/static/documents/publications/shipbuilding_in_canada-ejm_young.pdf. Acesso em: 19 mar. 2020.

Recebido em: 29 abr. 2020

Aceito em 02 mar. 2021